

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CONTÉUDOS DO 6º AO 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Greyce dos Santos Rodrigues
Claudia Lisete Oliveira Groenwald

RESUMO

O presente artigo é um recorte de uma investigação produzida no contexto de uma dissertação de mestrado, vinculada à linha de pesquisa de Ensino e Aprendizagem em Ciências e Matemática, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM), da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). O objetivo foi investigar e analisar a percepção de professores de Matemática, dos anos finais do Ensino Fundamental, do município de Canoas/RS, sobre os conteúdos dispostos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a ser implantada em 2018. A metodologia utilizada, nessa investigação, é de base quali-quantitativa. Os dados obtidos são oriundos dos 51 questionários de pesquisa aplicado aos professores de Matemática. Como resultado da pesquisa, destaca-se que, há conteúdos matemáticos que não estão sendo desenvolvidos pelos professores de Matemática do município de Canoas, nos 5 eixos (Geometria, Grandezas e Medidas, Estabilidade e Probabilidade, Números e Operações e Álgebras e Funções), os quais destacam-se as seguintes temáticas não trabalhadas: plano cartesiano (6º e 7º anos), construções geométricas (7º ano), problemas com equações de 2º grau (8º ano), geometria analítica (9º ano). Considera-se que resultados mais contundentes serão vistos após a efetiva implantação da BNCC.

Palavras Chaves: Base Nacional Comum Curricular; Professores de Matemática; Anos finais do Ensino Fundamental; Conteúdos.

INTRODUÇÃO

Apresenta-se um panorama sobre a BNCC e como surgiu este documento, destaca-se que a escolha da temática sobre a BNCC apresentada nesta pesquisa está embasada na fundamentação legal, em relação a uma base nacional comum curricular para a Educação Básica, que já existia tanto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica – DCNEB, de 2010, quanto na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, de 2013.

Na LDB encontra-se:

Art. 14. *A base nacional comum na Educação Básica constitui-se de conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e gerados nas instituições produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas de exercício da cidadania; e nos movimentos sociais.*

Art. 26. *Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada,*

exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 2013, p. 33 e 69)

A DCNB/2010 e a LDB/2013 destacam em seus art. 14 e art. 26, segundo o MEC, que a necessidade de um currículo nacional vem ocorrendo há algum tempo, de modo que esta necessidade vai desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Em julho de 2014, segundo Cossio (2014), o MEC iniciou o debate nacional sobre a BNCC para a Educação Básica, quando a Secretaria da Educação Básica (SEB) recebeu o documento elaborado pela Diretoria de Currículos e Educação Integral, que desencadeou a discussão acerca de um currículo nacional.

Segundo o MEC (BRASIL, 2016), a construção do documento sobre a BNCC transcorreu através da participação de toda a sociedade, ao passo que estas participações são advindas também de acessos realizados no site da BNCC, por meio de contribuições com pareceres que retrataram o entendimento dos professores participantes quanto a implantação da BNCC, com reuniões realizadas por várias comunidades de pesquisadores e docentes, especialistas, afim de que este documento amparasse os estudantes da Educação Básica quanto ao desenvolvimento da aprendizagem.

No mês de setembro de 2015, segundo o MEC, ocorreu o lançamento da primeira versão da BNCC, mediante consulta pública, que culminou em mais de 12 milhões de contribuições. Já em maio de 2016, sucedeu a apresentação da segunda versão, sendo o CONSED e a UNDIME instituições responsáveis por articularem e organizarem seminários estaduais para discussão dessa versão, segundo informações da Undime (2017).

Ainda em 2016, no mês de setembro, foi entregue ao MEC a segunda versão da BNCC, pelas duas instituições (CONSED E UNDIME), após participação em seminários, contribuições e o posicionamento de mais de 9 mil professores, gestores, especialistas, assim como entidades de educação. Por conseguinte, em abril de 2017, ocorreu a entrega da terceira e última versão da BNCC a ser implantada em 2018 (BRASIL, 2015; 2016).

Segundo Cossio (2014), a proposta da BNCC apresenta seu lado complexo e controverso, por abordar o currículo de maneira plena, o qual traz à sociedade um novo modelo de projeto educacional para as instituições de ensino. Ademais, conforme a autora será o governo que definirá com clareza o que os estudantes

aprenderão em distintas etapas escolares, do mesmo modo que o processo avaliativo e a formação de professores.

A BNCC está prevista na Constituição de 1988 e no Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB 9394/96) para o Ensino Fundamental, e ampliado no PNE conforme a Lei nº 13.005/2014 para o Ensino Médio, a qual designa os direitos, conhecimentos, competências e, também, os objetivos de aprendizagem, apontando o que todos os estudantes do Brasil necessitam aprender, ano após ano, independente da região em que moram, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Segundo o MEC (BRASIL, 2015) com o objetivo que todas as crianças e adolescentes brasileiros tenham assegurados a igualdade e o direito de aprendizagem fundamental no processo de ensino e aprendizagem.

Ainda segundo o MEC, foram definidos princípios e objetivos curriculares gerais tanto para o Ensino Fundamental, quanto para o Médio, no sentido da “*duração em anos, dias letivos e carga horária mínimos; uma base nacional comum; uma parte diversificada*” (BRASIL, 2013, p. 33). Em relação aos conhecimentos dispostos na BNCC, de acordo com Gontijo (2015, p. 180), a LDB elucida conforme a Lei 9.394 de 1996, como sendo:

Língua Portuguesa, Matemática, conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, especialmente do Brasil, incluindo-se o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Arte em suas diferentes formas de expressão, incluindo-se a música, Educação Física, Ensino Religioso.

Assim, esses conhecimentos e disciplinas corroboram com o sistema educativo no processo de aprendizagem dos estudantes em diversas esferas da educação.

Dessa forma, os componentes curriculares que constituem a BNCC para a Educação básica são: língua portuguesa, matemática, arte, o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política, em especial do Brasil (Geográfica), na educação física no ensino religioso, história e cultura afro-brasileira e indígena, na ciência, como também a música, os quais contemplam a BNCC e organizam-se através dos sistemas educativos, gerando com isso conhecimentos, saberes e valores não só quanto à BNCC na formação básica, mas também em relação à parte diversificada (KLEIN; FROHLICH; KONRATH, 2016). Ainda, de acordo com os autores, a parte diversificada será incorporada a BNCC através da organização de temas gerais, disciplinas, eixos temáticos, como também áreas do conhecimento, esses que estão a cargo de cada sistema educacional.

Para Zanoello e Groenwald (2015), o currículo é composto por: o que, quando, como e como avaliar e, um dos elementos importantes do currículo são os conteúdos, que estão divididos em blocos, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), os quais são redigidos e propostos pelo MEC ou pela Secretária Municipal de Educação (SME). Além disso, as autoras salientam que, atualmente, têm-se os PCN e o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) em âmbito nacional que influenciam na escolha dos conteúdos a serem desenvolvidos nas escolas dos anos finais do Ensino Fundamental.

Com a implantação da BNCC, este documento será o texto norteador de 60% dos conteúdos que serão desenvolvidos nas escolas do Brasil.

Assim, o MEC destaca que a BNCC tem por finalidade direcionar os sistemas educacionais através da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes ao longo da Educação Básica, o que acarreta a construção de uma educação com qualidade (BRASIL, 2016). Gontijo salienta que a BNCC pretende não só melhorar a Educação Nacional, mas, também, contribuir para a orientação dos currículos nas escolas, municípios e estados brasileiros (GONTIJO, 2015).

Na prática, a construção da BNCC prevê que seja composta de 60% dos conteúdos mínimos trabalhados em sala de aula, os quais reúnem direitos e objetivos de aprendizagem relacionados às quatro áreas do conhecimento: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Matemática, e seus respectivos componentes curriculares, sendo que os 40% restantes ficam a critério do sistema educacional de cada estado brasileiro (BRASIL, 2015).

Segundo Camilo (2014) a secretária de Educação do MEC, Maria Beatriz Luce, destaca que o objetivo da criação de uma BNCC é determinar direitos de aprendizagem e desenvolvimento tanto para escolas públicas quanto para privadas, como também qual educação se quer e que cidadão pretende-se formar. Com a implantação da BNCC ocorrerá o cumprimento da meta 7 do PNE que visa fomentar a qualidade do fluxo escolar e da aprendizagem na Educação Básica (CAMILO, 2014, p. 31).

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 5,5 nos anos finais do ensino fundamental.

Porém, é importante refletir que: Basta ter uma BNCC implantada para que seja garantida a qualidade da educação? Que outros elementos não são considerados em uma BNCC e que são fundamentais para a qualidade da educação no País?

Considera-se importante ressaltar ações importantes que devem ser implantadas em conjunto com uma BNCC para que se atinjam os resultados esperados, que são:

- Professores bem formados e capacitados;
- Salário justo para os professores de todos os níveis de ensino;
- Infraestrutura adequada nas escolas;
- Poder aquisitivo da população, que garantam o acesso e permanência dos filhos na escola;
- Garantia de escola bem equipadas, com recursos didáticos modernos e disponíveis para todos e com as condições de uma educação de qualidade;
- Políticas públicas que garantam o acesso e permanência de todos na escola.

O que está sendo levado em consideração é que ocorra uma melhoria na aprendizagem dos estudantes e do fluxo escolar, através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), baseado nos dados do Censo Escolar, Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Prova Brasil, o qual leva em consideração o desempenho nos exames aplicados e também o fluxo escolar, para que se possa acompanhar como está a evolução da educação (CAMILO, 2014).

Pires (2015) destaca que há dois tipos de questões em relação à BNCC, uma que diz respeito à existência e configuração da BNCC, e outra em relação às questões específicas sobre a área de Matemática. Quanto a primeira questão, a autora enfatiza que, o modelo adotado na BNCC mostra as diferentes áreas de conhecimento ou das disciplinas, e para cada uma destas apresentam-se os objetivos gerais, bem como uma listagem de objetivos específicos.

Entretanto, a autora destaca que não se percebe uma articulação entre as disciplinas, ou seja, uma harmonia entre as diferentes propostas dispostas na BNCC, como também, não há menção a nenhum tipo de organização curricular que estimule o diálogo entre essas disciplinas (PIRES, 2015).

O processo de implantação da BNCC deve estar articulado com as demais políticas públicas, de acordo com Pires (2015), em particular com a política de

formação docente, tanto a formação inicial dos cursos de licenciaturas, em que é fundamental que se realize um debate sobre currículos, como também, em relação à formação continuada dos professores, fazendo com que se sintam mais engajados nesse debate curricular.

Para tanto, segundo a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM, 2015) conceber e difundir a BNCC são processos vistos como oportunidades ímpares de promoção de avanços, não perdendo a chance de uma contribuição para o desenvolvimento das práxis em Educação Matemática na Educação Brasileira. Sendo a BNCC um documento que serve de referência tanto para as escolas, quanto para a elaboração do currículo nos sistemas de ensino para a construção do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem (BRASIL, 2016).

A implantação da BNCC, visa apresentar tanto os direitos, como os conhecimentos, as competências, e os objetivos de aprendizagem serão vistos ao longo desse processo de ensino e no desenvolvimento dos estudantes, acarretando na construção de uma educação unificada. A eficiência dessa unificação deverá ser verificada ao longo dos anos de implantação da BNCC, porém, fica claro que mesmo sendo determinados os conteúdos e as competências que devem ser desenvolvidos, não é assegurado que isso realmente aconteça.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Nessa investigação, foi utilizada a metodologia de base quali-quantitativa, sendo que, além de ser uma pesquisa de caráter exploratório, a qual estimula os entrevistados a pensarem e falarem livremente sobre o tema de pesquisa (pesquisa qualitativa), também quantifica os dados numéricos através de procedimentos estatísticos (pesquisa quantitativa).

Os participantes da pesquisa foram 51 professores de Matemática do município de Canoas, mais especificamente, os atuantes nos anos finais do Ensino Fundamental no ano de 2016, sobre os conteúdos abordados na BNCC.

Este questionário teve como objetivo identificar a percepção dos professores em relação aos conteúdos matemáticos determinados na BNCC e fazer uma análise comparativa entre os conteúdos abordados em sala de aula e os apresentados no documento da BNCC, o qual apresenta os conteúdos dos 6º, 7º, 8º e os 9º anos, podendo assim identificar possíveis divergências ou convergências entre os conteúdos matemáticos dos livros didáticos utilizados pelos professores de

Matemática em suas aulas, e os conteúdos matemáticos determinados na BNCC, os quais serão desenvolvidos nos anos finais do Ensino Fundamental.

Dessa forma, esses conteúdos foram extraídos do documento da BNCC e identificados quais são ou não são, ou são desenvolvidos em parte no município de Canoas. Assim, apresenta-se um exemplo de um recorte do questionário com o conteúdo de Geometria, conforme apresentado no quadro da Figura 1:

Figura 1 - Exemplo do questionário com os conteúdos abordados na BNCC

QUESTIONÁRIO				
EIXOS	CONTEÚDOS MATEMÁTICOS, DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DETERMINADOS NA BNCC	RESPONDA		
6º ANO				
GEOMETRIA	De acordo com os livros didáticos utilizados, quais destes conteúdos são trabalhados em sala de aula?	SIM	NA O	Em Parte
	Associar pares ordenados a pontos do plano cartesiano, considerando apenas o primeiro quadrante. Plano Cartesiano.			
	Diferenciar polígonos de não polígonos, classificando-os como regulares e não regulares. Tipos e classificação de Polígonos.			
	Reconhecer características dos quadriláteros, classificando-os em relação a lados e a ângulos. Quadrilátero e suas propriedades.			
	Construir figuras planas semelhantes em situações de ampliação e redução, reconhecendo a conservação dos ângulos e a proporcionalidade entre os lados, usando malhas ou tecnologias digitais. Semelhança de Figuras geométricas.			
	Desenhar retas paralelas e perpendiculares, usando instrumentos de desenho. Retas perpendiculares e paralelas.			

Fonte: a pesquisa (2017).

RESULTADOS

Na BNCC, de Matemática, versão 2017, do Ensino Fundamental as habilidades estão organizadas segundo unidades de conhecimento: Números, Álgebra, Geometria, Grandezas e Medidas, Probabilidade e Estatística.

Observa-se, em relação aos conteúdos que estão na BNCC, versão 2017, que os conteúdos do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental que os professores declaram não desenvolver com os estudantes são os apresentados na Figura 2.

Figura 2 - Conteúdos que estão na BNCC, porém não são desenvolvidos pelos professores

ANO	EIXO	TEMÁTICA
6º	Geometria	Plano cartesiano
	Grandezas e medidas	Ângulos: graus e radianos
	Estatística e probabilidade	Frações, números decimais e porcentagens
	Números e operações	Arredondamento de números Naturais

	Álgebra e funções	Equações de 1º grau com uma incógnita Problemas envolvendo proporção Resolução de problemas de partilha
7º	Geometria	Plano cartesiano Construções geométricas Reconhecimento e construção de figuras Soma dos ângulos internos do triângulo Ângulos complementares, ângulos suplementares e opostos pelo vértice
	Grandezas e medidas	Medidas e volumes Problemas
	Estatística e probabilidade	Probabilidade Fundamentos de probabilidade
	Números e operações	Sistema de numeração decimal Problema com números naturais
	Álgebra e funções	Proporcionalidade entre grandezas
8º	Geometria	Transformação do plano: translação, reflexão e rotação Leitura e interpretação de desenho técnico
	Grandezas e medidas	Unidades de medida do computador
	Estatística e probabilidade	Medidas de tendência central: média, moda e mediana Espaço amostral e evento
	Números e operações	Problemas em notação científica Problemas envolvendo princípio fundamental da contagem
	Álgebra e funções	Problemas com equações de 2º grau Problemas de inequação do 1º grau
9º	Geometria	Semelhança de triângulos e relações métricas no triângulo retângulo Geometria analítica
	Grandezas e medidas	Sistema de numeração decimal Unidades de medidas do computador
	Estatística e probabilidade	Estatística e noções de estatística
	Álgebra e funções	Função exponencial e suas propriedades Fatoração de expressões algébricas

Fonte: a pesquisa (2017).

Refletindo sobre os resultados apresentados, com relação aos conteúdos que não estão sendo trabalhados, apresentam-se as seguintes considerações.

- **6º ano do Ensino Fundamental:**

No eixo **Grandezas e medidas** o conteúdo de *Ângulos: graus e radianos* foi acrescentado com o objetivo de determinar medida de ângulos, com uso de transferidor ou tecnologias digitais, visto que os ângulos eram vistos no 8º ano. Já no eixo **Estatística e probabilidade** a abordagem sobre *frações, números decimais e porcentagens*, era apresentada aos alunos no 7º ano do Ensino Fundamental e não no 6º conforme disposto na BNCC. Por fim, o eixo **Álgebra e funções** do 6º ano, nas equações de *1º grau com uma incógnita*, ocorre a união de letras e números, entretanto, a aplicação era desenvolvida no 8º ano do Ensino Fundamental. Na BNCC

inclui-se o estudo do princípio aditivo e multiplicativo com Números Naturais em equação do 1º grau no 6º ano.

- **7º ano do Ensino Fundamental:**

O eixo **Geometria** em relação aos conteúdos *soma dos triângulos internos do triângulo*, com o objetivo de construir triângulos, com a utilização de régua e compasso, e reconhecer que a soma das medidas dos ângulos internos de um triângulo mede 180°, bem como, *ângulos suplementares, complementares e opostos pelo vértice*, com o intuito de compreender relações entre ângulos e entre ângulos internos e externos de polígonos, eram conteúdos abordados no 8º ano pelos professores, e segundo a BNCC agora deve ser desenvolvido no 7º ano.

- **8º ano do Ensino Fundamental:**

No eixo **Álgebra e funções** o conteúdo *problemas com equações do 2º grau*, a qual tem como objetivo resolver e elaborar problemas que envolvam equações do 2º grau do tipo $ax^2=c$ e $(x\pm b)^2 + b^2 = c$ era abordado, no 9º ano do Ensino Fundamental, e com a implantação da BNCC passou para o 8º ano. Não cita a resolução de equação do 2º Grau pela aplicação da fórmula de Báskhara, o que se considera que pode ser um item a ser decidido pelas Secretarias Estaduais de Educação dos estados.

- **9º ano do Ensino Fundamental:**

No eixo **Geometria** em relação ao conteúdo de *Geometria analítica*, salienta-se que era desenvolvido no 1º ano do Ensino Médio, com a BNCC passou para o 9º ano do Ensino Fundamental, com o intuito de que o aluno determine a distância entre dois pontos quaisquer e o ponto médio de um segmento de reta localizado no plano cartesiano. No entanto, não é necessário a utilização de fórmulas. Ocorre também que, em relação ao eixo **Álgebra e funções** quanto a *função exponencial e suas propriedades*, também era abordada pelos professores somente no 1º ano do Ensino Médio e agora está no 9º ano do Ensino Fundamental.

Segundo a BNCC as indicações para Números são:

- Em relação aos Números, os estudantes do Ensino Fundamental, têm a oportunidade de desenvolver habilidades referentes ao pensamento numérico, ampliando a compreensão a respeito dos diferentes campos e significados das operações.

- Para isso, está proposto a resolução de problemas envolvendo números Naturais, Inteiros, Racionais e Reais, em diferentes contextos (do cotidiano, da própria Matemática e de outras áreas do conhecimento).

As indicações da BNCC para Álgebra são:

- Os estudantes têm também a oportunidade de desenvolver o pensamento algébrico, tendo em vista as demandas para identificar a relação de dependência entre duas grandezas em contextos significativos e comunicá-la utilizando diferentes escritas algébricas, além de resolver situações-problema por meio de equações e inequações.

As indicações da BNCC para Geometria são:

- Em relação ao pensamento geométrico, eles desenvolvem habilidades para interpretar e representar a localização e o deslocamento de uma figura no plano cartesiano, identificar transformações isométricas e produzir ampliações e reduções de figuras.
- Além disso, são solicitados a formular e resolver problemas em contextos diversos, aplicando os conceitos de congruência e semelhança.

As indicações da BNCC para Grandezas e medidas são:

- No que se refere a Grandezas e Medidas, os estudantes constroem e ampliam a noção de medida, pelo estudo de diferentes grandezas, e obtêm expressões para o cálculo da medida da área de superfícies planas e da medida do volume de alguns sólidos geométricos.
- Foi introduzido o conceito de medidas do computador (bytes, kbytes, megabytes).

Observou-se que, há conteúdos de Matemática que estão incluídos na BNCC para serem desenvolvidos nos anos finais do Ensino Fundamental, contudo isto não está ocorrendo nas escolas do município de Canoas/RS, pois há conteúdos diferenciados sendo desenvolvidos, e outros foram incorporados, tendo como exemplo, a ênfase na álgebra de 8ºano, que, por sua vez, não é a mesma, sendo que este conteúdo foi diminuído na abstração exigida nos cálculos algébricos.

Neste sentido, entende-se que a implantação da BNCC envolverá muitas alterações em relação aos conteúdos a serem desenvolvidos de 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental.

Segundo o MEC (BRASIL, 2015) a BNCC estabelece que os currículos escolares se limitem a 60% dos conteúdos mínimos trabalhados em sala de aula, sendo que os outros 40% ficarão a critério de cada estado, sendo assim, por meio dos

resultados apresentados estabelece-se uma realidade diferente do que se espera com a implantação da BNCC, pois através das concepções dos professores de Matemática, em suas práticas em sala de aula, os mesmos não conseguem desenvolver todos os conteúdos relativos aos 60%. Neste sentido, restam dúvidas das reais possibilidades da implantação da BNCC nas escolas investigadas.

CONCLUSÃO

A realização deste trabalho possibilitou investigar e analisar a percepção dos 51 professores de Matemática, dos anos finais do Ensino Fundamental, do município de Canoas, por meio de questionários preenchidos por estes professores, sobre os conteúdos dispostos na BNCC.

Portanto, os dados coletados apresentaram uma realidade diferente do que se espera com a implantação da BNCC, ou seja, os professores não conseguem desenvolver os conteúdos propostos nos 60% e, o que esperar dos 40% restantes?

As reflexões suscitam dúvidas que necessitam serem alvo de discussões e futuras pesquisas: as escolas com a implantação da BNCC perdem sua autonomia quanto ao planejamento do que e quando ensinar? Isto é o ideal? A unificação do que e quando ensinar está pensada para estudantes com as mesmas condições de ensino? E os estudantes com necessidades educativas especiais? E os estudantes com altas habilidades? Todas as comunidades escolares do Brasil possuem as mesmas necessidades? Os mesmos valores e princípios? Ainda não há respostas para os questionamentos apresentados por haver muitas incertezas, pois através das manifestações dos professores, relataram-se inquietações e preocupações, de modo que as dificuldades serão vistas no processo após ser efetivamente implantada, ou seja, somente a vivência destes professores com a definitiva implantação da BNCC trará respostas concretas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**. Brasília: Brasil. Secretaria de Educação Fundamental, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, p. 33 e 69. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica2013-pdf/file>. Acesso em: ago de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – Documento preliminar**. MEC. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 27 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 03 ago. 2017.

CAMILO, Camila. **Base Nacional Comum Curricular: O que é isso?** Revista Nova Escola. Ano 29. Nº 275. Editora Abril. 2014.

CÓSSIO, Maria de Fátima. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p. 1570 - 1590 out./dez. 2014

GONTIJO, 2015. Cláudia Maria Mendes Gontijo. **Revista Brasileira de Alfabetização - ABAlf** | ISSN: 2446-8576 / e-ISSN: 2446-8584 Vitória, ES. v. 1. n. 2 p. 174-190. 2015.

KLEIN, D. H.; FROHLICH, M. A.; Raquel Dilly Konrath; Revista acadêmica licenciatura&acturas. Ivti.v. 4. n.1 p.65-70. Jan/jun. 2016.

PIRES, Celia Carolino. Desafios da Educação: Especial - **O currículo de Matemática na Base Nacional Comum Curricular**. Fundação Padre Anchieta (1996 – 2016). 2015. Disponível em: http://tvcultura.com.br/videos/50562_desafios-da-educacao-especial-o-curriculo-de-matematica-na-base-nacional-comum-curricul.html . Acesso em: 09 dez. 2017.

RODRIGUES, G. S. **Concepções dos professores de Matemática dos anos finais do Ensino Fundamental do município de Canoas sobre a Base Nacional Comum Curricular**. 2018. 151 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2015. SBEM, **Sociedade Brasileira de Educação Matemática**. Brasília-DF. 2015. Disponível em: http://www.sbem.com.br/files/bncc_doc.pdf. Acesso em: 23 mai. 2016

UNDIME. **União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação**. 2017. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/06-04-2017-18-25-undime-participa-da-entrega-da-base-nacional-comum-curricular-ao-conselho-nacional-de-educacao> Acesso em: abr de 2017.

ZANOELLO, Simone Fátima; Groenwald, Cláudia Lisete Oliveira. **Currículo de Matemática: Conhecendo a realidade das escolas de Ensino Fundamental da 15ª CRE**. 2015. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/143_429.pdf. Acesso em:12 de maio de 2017.